

**SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS (UNGASS) SOBRE O
PROBLEMA MUNDIAL DAS DROGAS:
RELATÓRIO DO PROCESSO
SETEMBRO DO 2016**



Introdução

Em outubro de 2012, os governos da Colômbia, Guatemala e México emitiram uma declaração conjunta pedindo uma Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGASS) a ser realizada sobre a urgente questão da política de drogas¹. A conferência – a 30ª Sessão Especial, a terceira focada em drogas – ocorreu em Nova Iorque, entre 19 e 21 abril de 2016². A reunião incluiu uma Plenária – na qual um Documento Final³ pré-negociado foi adotado logo no início, seguido por uma variada e longa lista de apresentações de países e uma série de cinco debates temáticos “mesas redondas”, os quais são descritos abaixo.

Os preparativos para esta Sessão Especial foram conduzidos a partir de 6.700 km, de Viena, Áustria, pela Comissão das Nações Unidas sobre Drogas Narcóticas (CND) e guiada por um “Conselho da Ungass”⁴ especialmente designado. O escopo do debate UNGASS foi restrito ao “âmbito das três convenções internacionais de controle de drogas”⁵. O Documento Final da UNGASS também foi negociado inteiramente em Viena, em uma série de “discussões informais ‘informais’” (informal informals) – reuniões

fechadas com grande número de Estados membros da ONU ausentes⁶ – das quais os observadores da sociedade civil são excluídos. A falta de transparência e de responsabilização final neste processo levou um grande grupo de organizações da sociedade civil levantar sérias reservas em uma declaração pública conjunta⁷. Quando o show mudou para Nova York, em abril, o Documento Final já estava finalizado e uma série de barreiras foram colocadas para impedir a participação da sociedade civil. Isso tudo serviu para garantir que a UNGASS não fosse a revolução na política de drogas que os grupos interessados pareciam esperar. Apesar destes desafios, a UNGASS criou a dinâmica e a mobilização necessárias para a reforma entre a sociedade civil, as agências da ONU, os meios de comunicação e vários Estados membros. Também forneceu a indicação mais clara até agora de que o consenso global sobre a política de drogas está fundamentalmente rompido. Enquanto muitas pessoas saíram com um misto de emoções, a UNGASS, sem dúvida, preparou solo fértil para os esforços em curso para a reforma e a melhora da resposta global à questão das drogas.



Segmento de abertura da UNGASS

A Plenária

Observações introdutórias

A principal Plenária da Sessão Especial aconteceu em seis sessões no período da manhã e da tarde ao longo dos três dias, todos eles gravados e sintetizados no Blog da CND⁸. Após um minuto de silêncio para lembrar aqueles cujas vidas foram perdidas, a sessão foi aberta pelo Presidente da 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Mogens Lykkesoft, da Dinamarca. Definindo a política de drogas no contexto mais amplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)⁹, o Sr. Lykkesoft afirmou que “Temos de respeitar a proporcionalidade e o bem-estar do indivíduo ... Temos de olhar para novas abordagens e refletir sobre as nossas políticas do passado”.

O Secretário-Geral Adjunto da ONU, Jan Eliasson apelou para abordagens mais equilibradas, incluindo alternativas ao encarceramento, embora reconhecesse que “alguns aspectos são sensíveis e controversos”. Foi seguido por discursos de abertura da tríade com sede em Viena: o presidente do CND (Vladimir Galuska, da República Checa), o diretor executivo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, Yury Fedotov, da Rússia) e o Presidente da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE/INCB, Werner Sipp, da Alemanha). Mr. Galuska falou do ‘espírito de consenso’ em Viena, “apesar das nossas diferenças e dos diferentes desafios que enfrentamos”. Fedotov ressaltou que “a política de drogas global deve colocar as pessoas em primeiro lugar” e a necessidade de que os compromissos e ações acordadas sejam apoiados por financiamento¹⁰.

Em uma das declarações mais progressistas do INCB na memória recente, Werner Sipp repetidamente enfatizou que “as convenções [de controle internacional de drogas] nunca pediram uma guerra contra as drogas”, que “no tratado, não há nenhuma obrigação de encarcerar por delitos menores, como posse de pequenas quantidades para uso pessoal”, e que “punições e tratamento [de pessoas que usam drogas] desumanos não estão em conformidade com as convenções”. No entanto, ele desenhou explicitamente uma linha que separa os mercados regulamentados: “Isto não se estende à regulação do uso não-médico de drogas ilícitas, como maconha. Isto não é compatível com as convenções”. Curiosamente, Mr. Sipp foi um dos poucos palestrantes ao longo da sessão especial a se referir explicitamente às políticas de regulação da cannabis que têm sido recém-implementadas e adotadas em alguns Estados-Membros - este tópico foi o maior “elefante na sala” durante a UNGASS¹¹.

Quadro 1 Abordando Ban Ki-Moon

Dias antes da UNGASS começar, uma carta pedindo políticas de drogas mais humanas foi assinada por mais de mil personalidades, incluindo antigos chefes de Estado, a candidata à presidência dos Estados Unidos, Hillary Clinton e uma longa lista de celebridades e figuras públicas¹². A carta foi dirigida ao Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, que já havia pedido para a UNGASS ser “um amplo e aberto debate que considerasse todas as opções”¹³. No entanto, o Secretário-Geral não estava presente em Nova York – e cópias da carta foram confiscadas por agentes de segurança no interior do edifício das Nações Unidas, juntamente com outros materiais da sociedade civil¹⁴.



Cópia da carta coordenada pela Drug Policy Alliance apelando para políticas de drogas mais humanas

Um fato positivo foi o convite à diretora-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Chan, para falar no pódio. Embora a liderança da Dra. Chan sobre esta questão não tenha sido tão proeminente quanto se esperava durante os preparativos da UNGASS, a inclusão da OMS no painel de abertura se baseia no forte envolvimento transversal da ONU na UNGASS (algo que precisa ser sustentado e nutrido após 2016)¹⁵. Ela referenciou serviços de redução de danos, tais como programas de agulhas e seringas e terapia de substituição de opiáceos, e disse que viu, durante seu tempo em Hong Kong, os programas de manutenção com metadona que reduziram significativamente o nível de crimes. Ela também destacou a situação das pessoas que necessitam de substâncias controladas para o tratamento da dor

Quadro 2 O Presidente do Conselho da UNGASS

O orador final na abertura foi o embaixador Khaled Shamaa, do Egito, na qualidade de Presidente do Conselho de Preparações para UNGASS em Viena. Embaixador Shamaa havia garantido com êxito esse novo papel, uma vez que sua Presidência da CND havia expirado em 2014 -, a fim de manter o controle da concepção e execução de vários processos da UNGASS assim como a negociação do próprio documento final. Às vezes, durante o processo sua conduta nesse papel foi opaca e questionável e isso se tornou uma frustração crescente para os Estados membros em matéria de reformas e igualmente para a sociedade civil. Em muitas das decisões importantes faltou transparência sobre como quais submissões e formas de linguagem seriam aceitas nos rascunhos do documento final e o que permaneceria “estacionado” ou deixado para trás para evitar discussões difíceis¹⁶.

As táticas do presidente foram especialmente marcantes na CND em março de 2016, quando um acordo sobre o documento final acabou por ser negociado nas primeiras horas da manhã do último dia – após muita confusão e demora para aumentar a sensação de provocação, com a maioria das negociações ocorrendo dentro de uma série de reuniões informais (sessões nas quais até mesmo os organismos regionais, como a União Europeia e a União Africana, tiveram a entrada barrada, bem como os observadores da sociedade civil). Problematicamente, as decisões tomadas nas reuniões fechadas, longe da vista dos observadores, foram então consideradas finais e não podiam ser reabertas em sessões formais¹⁷. Foi decepcionante que tal comportamento não tenha resultados em queixas mais explícitas dos Estados membros.

e de outras condições: “Quando vocês forem para casa após esta conferência, peço que lembrem dessas pessoas”.

O Documento Final

Com os discursos de abertura e as formalidades fora do caminho, o Sr. Lykketoft em seguida, apresentou o Documento Final para aprovação sem votação, sendo

recebido sem objeções pelos Estados membros, que lhe ofereceram uma salva de palmas¹⁸. Isto criou uma situação estranha - um “resultado” acordado antes dos debates da UNGASS sequer terem começado. Foi uma clara expressão do temor de que o frágil consenso sobre o documento (veja a seguir) poderia ser rompido em Nova York¹⁹. Mas criou, também, um sentimento de tédio, pois as sessões plenárias avançavam sem objetivo claro a não ser o encerramento da reunião.

O documento final foi objeto de longas e acaloradas negociações em Viena durante vários meses – culminando na CND de março de 2016. Por um lado, ele contém elementos de um sólido progresso em relação aos seus antecessores - mesmo sua estrutura é uma melhoria – abandonando uma abordagem muito simplista baseada em três pilares (redução da demanda, redução da oferta e cooperação internacional) por uma forma mais abrangente e transversal com uma estrutura de sete pilares (1. redução da procura e medidas correlatas; 2. acesso a substâncias controladas para fins médicos e científicos; 3. redução da oferta e medidas conexas; 4. direitos humanos e questões transversais; 5. cooperação internacional; 6. evolução das tendências e desafios emergentes e 7. desenvolvimento alternativo). Entre outras coisas, o Documento Final saúda os ODSs, refere-se ao conceito de proporcionalidade pela primeira vez, refere-se aos “programas de troca de seringas”, à “terapia medicamentosa assistida” e à naloxona (medicamento essencial usado para reverter overdoses de opiáceos), inclui a necessidade de integrar a perspectiva de gênero e pede “medidas alternativas ou adicionais à condenação ou à punição”.

Mas, por outro lado, o documento final está muito longe do prometido “documento conciso, curto, substantivo e orientado para a ação”. Ele não reconhece a falta de progressos obtidos pelo controle internacional de drogas (e até cita que “progressos tangíveis” que têm sido alcançados, sem qualquer demonstração) e reafirma a meta irreal de “uma sociedade livre do abuso de drogas”. Não reconhece os crescentes pedidos de abolição da pena de morte, nem a realidade da regulação da cannabis em alguns países, e também não menciona explicitamente a “redução de danos”, embora esse termo tenha sido aprovado e estipulado pela Assembleia Geral da ONU.²⁰ O documento também é notavelmente fraco sobre quaisquer metas ou resultados mensuráveis, e não menciona propostas para um grupo consultivo de especialistas²¹. Crucialmente, mesmo no caso de uma linguagem positiva que foi negociada para o Documento Final, fortes ressalvas e saídas diplomáticas foram utilizadas como “se apropriado”

Quadro 3 Flexibilidade “suficiente”^{22?}

Muitas batalhas e conflitos individuais aconteceram durante a negociação do documento final UNGASS²³, mas uma das mais interessantes foi a que cercou a afirmação de que “as três convenções internacionais de controle de drogas (...) permitem uma flexibilidade suficiente para os Estados Partes conceberem e implementarem políticas nacionais de drogas”.

Isto ocorreu graças aos esforços coordenados durante todo o processo da UNGASS para proteger a integridade das convenções de drogas – liderados pelos EUA e pela União Europeia, com o apoio do G7 e as entidades da ONU com sede em Viena. Vários Estados-Membros mais repressivos também apoiaram este conceito, para que as convenções permitam explicitamente o uso de abordagens “mais firmes ou severas” – o que pode incluir o tratamento forçado e a pena de morte.

A adição da palavra “suficiente” procurou encerrar quaisquer tentativas de rever ou de questionar os tratados, ou promover políticas e respostas fora das permitidas pelas convenções – incluindo os mercados regulatórios de coca na Bolívia, de cannabis no Uruguai e em partes dos EUA, e aquelas que estão sendo consideradas na Jamaica, México e Canadá, entre outros. Um pequeno grupo de países, entretanto, contestou veementemente este termo, mas sem sucesso.

(“as appropriate” - mencionado 46 vezes no documento), “sempre que adequado” (10 vezes), e “de acordo com a [sua] legislação nacional” (14 menções). O documento também sublinha a flexibilidade dentro das convenções, mas, infelizmente, de forma confusa e contraditória (ver Quadro 2). Uma análise mais detalhada do documento final pode ser encontrada no relatório do IDPC: CND Proceedings report²⁴.

Paradoxalmente, a adoção do Documento Final “por consenso” foi imediatamente seguida por uma série de intervenções que delimitaram elementos com os quais alguns países não concordavam²⁵. Por exemplo, Uruguai notou a ausência da descriminalização – “um direito humano que se deve proteger” – e que não havia “nenhum equilíbrio” no documento, nem

mesmo a aceitação de estratégias de redução de danos”, que têm se mostrado eficazes na resolução deste problema”. A Jamaica expressou não estar inteiramente satisfeita com o documento “devido à falta de foco sobre os direitos dos grupos nativos”.

A falta de consenso entre os Estados membros foi especialmente destacada pela ausência, tanto no Documento Final como na Declaração Conjunta Ministerial, de 2014²⁶, da inclusão de quaisquer referências à pena de morte para delitos relacionados às drogas. Suíça, Brasil, Costa Rica, Noruega e Uruguai fizeram declarações lamentando a ausência dessa questão central. Tais declarações foram seguidas por uma declaração conjunta lida pela Indonésia em nome da China, Singapura, Iêmen, Malásia, Paquistão, Egito, Arábia Saudita, Omã, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Kuwait, Bahrein, Irã e Sudão – que afirmou que “não há consenso internacional sobre a proibição da pena de morte ... Todo Estado tem o direito soberano de escolher o de acordo com seus interesses”. Por sua vez seguiu-se uma declaração em nome dos 28 membros da União Europeia e de 28 países adicionais²⁷ que declararam: “Nós temos uma oposição forte e inequívoca à pena de morte em todas as circunstâncias, e consideramos que a pena de morte atenta contra a dignidade humana e erros na sua aplicação são irreversíveis. Além disso, impor a pena de morte para delitos relacionados às drogas é contra as normas do direito internacional, especificamente Art. 6 Parágrafo 2 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos”.

Declarações dos países

Se iniciou, então, o “debate geral” e cada país fez uma declaração descrevendo os próprios contextos, políticas e posições nacionais – a começar pelo presidente da Guatemala, Jimmy Morales. O presidente Enrique Peña Nieto, do México, em seguida, recebeu uma ovação por parte dos participantes da sociedade civil ao dar seu apoio aos países que trabalham para a regulação da cannabis: “Devemos ultrapassar a proibição e ir em direção à prevenção e à regulação eficazes. Milhares de vidas dependem disto – deve-se notar que ele se opôs a essa regulação ao voltar para o México. As demonstrações restantes nas plenárias vieram nos três dias seguintes por Estados membros, por grupos regionais e por outros “observadores”, tais como a Santa Sé (que nunca resiste à oportunidade de partilhar sua opinião especializada: “As drogas são um mal, e com o mal não pode haver nem rendição, nem compromisso”). Estas declarações estão mais bem resumidas em alguns destaques temáticos.²⁸

Quadro 4 Esforços para a coerência de todo o sistema

Um dos aspectos positivos notáveis da UNGASS foi, sem dúvida, o engajamento cada vez maior de um conjunto amplo de agências das Nações Unidas e não apenas das entidades de controle de drogas baseadas em Viena. Isto foi bem recebido por melhor refletir a natureza transversal das políticas de drogas e, especialmente, porque as contribuições dessas agências foram, em geral, progressistas.

Por meio da Força-Tarefa do Sistema das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional e Tráfico de Drogas, as agências da ONU foram convidadas a fazer apresentações sobre os impactos do sistema internacional de controle de drogas em os seus respectivos mandatos. As respostas vieram da OMS, do Programa Mundial de Alimentos (PMA), do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR), da ONU Mulheres, da UNAIDS, do Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (DAD), da Universidade das Nações Unidas, do Departamento de Assuntos Políticos (DPA), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da JIFE, do UNODC, do relator especial sobre o direito à saúde, do Inter Crime das Nações Unidas

e Instituto de Pesquisa Justiça (UNICRI) e do Conselho de Direitos Humanos²⁹. Muitas dessas apresentações abrangiam questões como políticas de controle e de reequilíbrio de drogas, redução de danos, direitos humanos, o acesso aos medicamentos e desenvolvimento - e UNAIDS, PNUD, ONU Mulheres e do Conselho de Direitos Humanos também endossaram a necessidade de descriminalização³⁰.

Na própria UNGASS, muitas dessas agências das Nações Unidas tiveram presença expressivamente maior em comparação com outras instâncias políticas de drogas internacionais - fazendo uma série de intervenções positivas durante as mesas redondas e à plenária. Tais como o discurso de abertura do Diretor-Geral da OMS (coberto acima) e sua excelente intervenção na mesa redonda do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, na qual o Diretor-Geral apoiou a descriminalização e a redução de danos e fez uma forte análise sobre as deficiências do Documento Final³¹. Esse compromisso trans-ONU é algo que precisa ser mantido e aproveitado a fim de garantir um legado duradouro da UNGASS para o envolvimento de todo o sistema no debate de controle de drogas.

A redução de danos

A declaração da União Europeia - em nome de todos os 28 Estados membros - afirmou que “medidas de redução de danos e de riscos devem ser promovidas e implementadas”. Um suporte adicional veio das declarações da Bélgica, Brasil, Costa Rica, Chipre, Dinamarca, Equador, Finlândia, Geórgia, Alemanha, Gana, Irã, Israel, Letônia, Luxemburgo, Macedônia, Maldivas, Malta, Países Baixos, Noruega, Romênia, Eslovênia, Suécia, Vietnã e do Grupo Pompidou. Ao mesmo tempo, o Canadá apoiou salas seguras de consumo de drogas e a distribuição de naloxona, enquanto os EUA falaram a favor da terapia medicamentosa assistida. O único país a falar explicitamente contra a redução de danos na Plenária foi Singapura, em cujo discurso afirmou: “Quando você vai para baixo pela via da redução de danos ... drogas prejudicam o usuário, a família e a comunidade”.

Descriminalização

A declaração da Colômbia sustentou que “Nem uma mãe prefere a opção da cadeia. Prisões são para os criminosos, não para dependentes. Criminalização

afetou os elos mais fracos da corrente: agricultores, mulas e consumidores. Suporte adicional para o banimento da criminalização veio da Costa Rica, República Checa, Equador, Grécia, Islândia, Jamaica, Países Baixos, Portugal, Eslovênia, Suíça, Trinidad e Tobago, Tunísia, EUA e Uruguai. Muitos outros países e da União Europeia citaram a necessidade da proporcionalidade da pena. Alguns países, no entanto, falaram diretamente contra a descriminalização do uso de drogas, incluindo a Argélia, Marrocos, Paquistão, Sudão (ambos em nome do Grupo África, e na sua própria declaração) e Turquia (que anunciou que eles têm aumentado as penas). Nicarágua e Zâmbia também afirmaram que a descriminalização era contrária às convenções internacionais sobre drogas, apesar das recentes garantias do INCB e do UNODC que este não é o caso.

Um mundo livre de drogas

Países como a Albânia, Burkina Faso, Brunei, Cuba, Egito, Quênia, Líbano, Myanmar, Nigéria, África do Sul, Sudão e Vietnã reafirmaram seus anseios por

uma sociedade livre de drogas – como fez o Grupo Africano, a União Africana e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Singapura foi mais longe ainda e declarou que “nós somos livres de drogas”, enquanto Brunei Darussalam pronunciou-se “relativamente livre de drogas”. Depoimentos de 20 países anunciaram adicionalmente vários graus de apoio à abordagem de “guerra às drogas” contra o “flagelo” das drogas³². A Federação da Rússia declarou que “alguns céticos [sic] e pessimistas argumentam que a comunidade mundial tinha perdido sua guerra contra as drogas. Não podemos aceitar isso. De modo algum perdemos a guerra, mas para ganhá-la temos de alcançar um novo nível de solidariedade e unidade”.

Por outro lado, a Colômbia pediu aos países para “reconhecer honestamente que não temos um mundo livre de álcool, tabaco ou violência, e que não teremos um mundo livre de drogas”. Chipre também lamentou que “um mundo livre de drogas não seja realista”, enquanto Liechtenstein destacou que “nenhum país está livre de drogas”. Um conjunto de países também falou da necessidade de uma nova abordagem e de um novo paradigma para as políticas de drogas - incluindo Belarus, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Liechtenstein, México, Portugal, Suíça, Trinidad e Tobago, EUA, Uruguai e Venezuela, assim como a Organização dos Estados Americanos (OEA). A declaração de St Vincent e Granáda criticou o “beco sem saída da retórica banal, ineficaz” e instou os Estados membros: “Daqui a dez anos, não deixemos que a comunidade internacional continue a iludir-se sobre a eficácia da sua guerra contra as drogas”. Em um dos destaques da UNGASS, o delegado canadense anunciou seus planos para regular a cannabis em 2017 e “manter a maconha longe das mãos das crianças e os lucros longe das mãos de criminosos”.

Mesa redonda 1: Drogas e saúde³³

Um dos primeiros oradores nesta mesa redonda, o Diretor Executivo do UNAIDS, Michel Sidibe, pediu aos delegados: “Será que vamos continuar com a guerra contra as drogas priorizando a aplicação da lei e uma resposta da justiça criminal, ou vamos restaurar o equilíbrio para melhorar a saúde e o bem-estar da humanidade?” Foi uma questão pertinente para os participantes - após mais de 60 anos de implementação de uma abordagem repressiva em relação à droga, estariam os membros da ONU prontos para reequilibrar as suas estratégias e priorizar a saúde? A resposta de Sidibe foi clara: “É hora de corrigir os erros das políticas globais de drogas”.

As discussões posteriores incluíram o bem-vindo foco sobre a disponibilidade de substâncias regulamentadas para fins médicos e científicos. O orador do INCB/JIFE reiterou que mais de 92% das pessoas que tem acesso a morfina são de apenas 17% dos países do mundo, “a maioria das pessoas têm acesso limitado ou nenhum para medicamentos controlados. De acordo com a JIFE/INCB, isso ocorre por conta de uma série de “grandes impedimentos ao acesso”, tais como estimativas inadequadas que não refletem as reais necessidades, punições para prescrição inadequada, falta de formação e de sensibilização, o medo da dependência, as mentalidades e medo de irregularidades. Foi, portanto, positivo ver um grande número de países – incluindo a Noruega, Tunísia, Nova Zelândia, Austrália, Colômbia e Reino Unido - pedindo um melhor acesso a essas substâncias. As reformas nacionais foram apresentadas por países como Panamá e México – que também se juntaram à República Checa, à Nova Zelândia e à Colômbia na promoção do acesso à cannabis medicinal, para além das substâncias incluídas na Lista da OMS de Medicamentos Essenciais, que são acordados para serem componentes básicos de qualquer sistema de saúde funcional.

O restante da mesa redonda focou em abordagens baseadas em saúde visando as pessoas que usam drogas. O delegado dos Estados Unidos reconheceu os danos causados pelas políticas proibicionistas: “Quarenta anos atrás, meu país iniciou uma guerra contra as drogas, que inadvertidamente se tornou uma guerra às pessoas que usam drogas. Essa guerra terminou por estigmatizá-las e criminalizá-las em vez de abordar a raiz do problema: “Os dependentes precisam de apoio e tratamento”. Chile e República Checa pediram explicitamente a descriminalização das pessoas que usam drogas, enquanto a Austrália e o Chipre apresentaram mecanismos de solução locais que oferecem tratamento no lugar de encarceramento para os pequenos infratores.

Outros focaram no acesso aos serviços de saúde, com um forte foco na redução de danos. Isto incluiu a República Checa, a Noruega, a Nova Zelândia, o Canadá, a Colômbia e os EUA, bem como a União Europeia, cujo delegado concluiu: “As políticas de drogas devem ser baseadas em fatos - os Estados-Membros não têm desculpas para não aplicar medidas de redução de riscos e de danos”. Solicitações de uma abordagem baseada na saúde em relação às pessoas que usam drogas também foram o foco principal dos oradores pré-selecionados da sociedade civil do Senegal, Austrália, Escócia e Noruega. UNAIDS lembrou aos participantes que a meta de 2015 para reduzir as



UNGASS mesa redonda 1 sobre drogas e saúde

infecções pelo HIV entre pessoas que injetam drogas havia sido completamente perdida: “As pessoas estão sendo deixadas para trás por causa de preconceito, de discriminação e de leis ruins”. Michel Sidibe também solicitou o redirecionamento de recursos do controle de drogas para a redução de danos.³⁴ Um membro do Parlamento do Reino Unido do Partido Nacional Escocês e o da sociedade civil na mesa redonda chamada de “liderança na redução de danos” pediu “o aumento de apoio político e financiamento para a redução de danos”. Ele acrescentou: “Uma pequena mudança no financiamento poderia praticamente acabar com a AIDS entre as pessoas que injetam drogas até 2030”. Nova Zelândia e Reino Unido também explicaram a importância de assegurar “que o ambiente e os determinantes sociais da saúde estejam aplicados” - isto é, que os programas foquem pobreza, habitação, educação e emprego. Na mesma linha, o Brasil pediu mais atenção à redução de danos para uso de estimulantes, em particular cocaína e metanfetamina, citando seus programas de sucesso em São Paulo e Rio de Janeiro para enfrentar os danos sociais e de saúde associados com o uso de estimulantes.

No entanto, nem todas as intervenções foram progressistas e um membro do painel de Singapura reiterou sua meta de um país livre de drogas e uma ASEAN livre de drogas por meio de “leis severas para prevenir o uso de drogas”. O delegado chinês argumentou que a oferta de redução de danos é “em essência, na legalização, os usuários ficam livres para usar drogas” - o que mostra uma clara falta de compreensão do conceito de redução de danos e contradizendo os próprios programas de redução do país. Com relação à legalização, tanto Espanha quanto a República Dominicana rejeitaram explicitamente esta abordagem, este último afirmando que “Qual-

quer política de tornar drogas mais acessíveis deve ser rejeitada”.

Mesa redonda 2: Drogas e crime³⁵

As discussões durante esta mesa redonda foram dominadas por questões como os mercados de drogas baseados na Internet, novas substâncias psicoativas (NPS), lavagem de dinheiro e como lidar com os lucros do crime. O painel foi composto por representantes dos governos de Gana, Japão, EUA, Uruguai e Federação Russa, ao lado de um representante da sociedade civil dos X-Cons. O Japão expressou preocupações sobre as ligações entre drogas e terrorismo (citando casos em que as drogas foram usadas para motivar os terroristas suicidas) e delineou o desenvolvimento de sua ajuda para apoiar as medidas de redução da oferta no exterior. A Rússia centrou-se na necessidade de reforçar a inteligência financeira, as medidas de combate à lavagem de dinheiro e a cooperação internacional.

Abandonando a retórica tradicional sobre a redução da oferta, os EUA falaram sobre seus esforços de reforma visando traficantes violentos em vez de microtraficantes ou pessoas que usam drogas. Uruguai deu um passo além e destacou suas abordagens alternativas à redução da oferta, tais como a regulamentação dos mercados de drogas, afirmando que processar criminosos de baixa periculosidade é ineficaz. O representante da sociedade civil, Peter Soderlund, dos X-Cons, falou da necessidade de apoiar as pessoas que foram criminalizadas por atividades relacionadas com drogas, bem como apelar aos Estados membros que retirem a pena de morte - “um castigo primitivo em um mundo moderno”.

As colocações de outros Estados membros refletiram uma variedade de prioridades e preocupações. Variaram da incidência sobre as medidas de aplicação da lei (tais como o controle de precursores e de NPS), até o reconhecimento da redução da oferta como parte de uma abordagem política de drogas equilibrada. O Reino Unido registou a inclusão da proporcionalidade das penas e das alternativas ao encarceramento no Documento Final da UNGASS, enquanto a Nigéria e o Paquistão manifestaram a sua oposição à legalização. A China reconheceu a falta de consenso sobre a aplicação da pena de morte, notando que alguns países se recusam a cooperar com os outros que implementam a pena de morte e exortou os Estados membros a superar essas diferenças.

Uruguai e México foram os únicos Estados que exigiram a completa reorientação das políticas de redução da oferta – lado a lado com a Reforma Penal Internacional e com Jeffrey Feltman, o Subsecretário-Geral da ONU para Assuntos Políticos, que pediu aos países para se concentrarem em “pobreza, desigualdade e redução da violência como principais objetivos da política de drogas consistente com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030”. O delegado mexicano afirmou que, embora as medidas de redução da oferta tenham se centrado sobre a pulverização aérea de plantações e no desmantelamento de laboratórios produtores de drogas, as causas da oferta de drogas

são a pobreza e a disparidade econômica. O delegado mexicano afirmou ainda que a redução da oferta falhou e, como resultado, apelou para abordagens mais humanas. Andrea Huber da Reforma Penal Internacional falou em nome de várias ONGs e observou que as abordagens punitivas para as políticas de drogas têm contribuído para a erosão dos julgamentos justos e dos direitos da justiça, o que resultou em consequências negativas, incluindo prisões superlotadas e sistemas de justiça penal sobrecarregados. Também externou preocupação com “o efeito desproporcional [do controle de drogas] sobre as minorias étnicas, entre outras, e o impacto desproporcional sobre as mulheres que desempenham papéis menores no tráfico de drogas, mas são alvos fáceis para a aplicação da lei”. Ela recomendou descriminalização do uso e posse de drogas para uso pessoal e pediu aos governos para garantir que seus gastos com a aplicação da lei sejam equilibrados em comparação com outras intervenções das políticas de drogas. Ela também pediu aos governos que “olhassem para diferentes medidas, em vez de considerar apenas os números de prisões e apreensões ... para avaliar o sucesso das políticas de drogas”.

Perto do final da sessão, o Uruguai observou que os governos presentes não tinham aproveitado a oportunidade de se envolver em um debate adequado sobre como lidar com a falta de equilíbrio nas políticas de drogas.



Ana Helena Chacón, Vice-Presidente da Costa Rica discutindo os impactos das políticas de drogas punitivas sobre as mulheres na mesa redonda da UNGASS sobre drogas e direitos humanos

Mesa redonda 3: Temas transversais: Drogas e direitos humanos, jovens, mulheres, crianças e comunidades³⁶

A terceira mesa redonda sobre direitos humanos representou a culminação de vários anos de luta e de advocacy e, por isso, muito desejada. No painel, tanto a Costa Rica quanto a Suécia destacaram fortemente a necessidade de abordar a dimensão de gênero das políticas de drogas e a questão de como as mulheres foram desproporcionalmente afetadas pelas políticas punitivas foi levantada várias vezes por muitos oradores ao longo da mesa redonda. A segunda questão que foi exposta claramente foi a abolição da pena de morte para delitos de drogas. A Suécia deu o pontapé inicial expressando pesar que o Documento Final da UNGASS falhou ao não pedir a abolição. Significativamente, quando a panelista da Indonésia falou logo em seguida, ela não mencionou a aplicação da pena capital em Jacarta.

Os dois últimos membros do painel foram Maria-Ane Goretti, uma advogada de direitos humanos e consultora do IDPC de Gana, e Zeid Ra'ad Al Hussein, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Ambos apresentaram uma avaliação abrangente e contundente de como as políticas de controle de drogas prejudicam o gozo de uma ampla gama de direitos humanos. O Alto Comissário falou de como a UNGASS tinha evocado tanto “uma excitação reprimida”, devido ao “progresso perceptível, por mais modesto que seja” em relação aos princípios de saúde e de direitos humanos, mas também da “frustração intensa” porque isso era tão lento e trabalhoso mesmo com todas as evidências de que se deve acabar com políticas punitivas.³⁷

As intervenções que se seguiram a partir daí penderam, em sua maioria, pelo os impactos negativos das políticas de drogas excessivamente repressivas, desproporcionais e punitivas. A Argentina, em particular, fez um discurso inflamado e lamentou o enorme desperdício de recursos na “guerra às drogas”, observando que as atuais políticas estavam falhando, caso contrário, os governos não teriam que gastar tanto tempo as discutindo! Muitos outros participantes também ecoaram a Suécia e pediram o fim da pena de morte por delitos relacionados às drogas, enquanto China e Singapura enfatizaram a soberania nacional dos Estados-Membros para elaborar as suas próprias políticas, incluindo a pena de morte. Na verdade, esses dois países pareciam estar em contradição com o discurso predominante na



Milton Romani, Coordenador de drogas do Uruguai na UNGASS

mesa redonda global - rejeitando a noção de direitos individuais em favor dos direitos da sociedade para ser “livre do abuso de drogas”.

O momento mais memorável nesta mesa redonda veio de Ricky Gunawan,³⁸ um advogado de direitos humanos que tinha trabalhado por mais de uma década com o brasileiro Rodrigo Goulart, que foi recentemente executado na Indonésia. Ricky estaria originalmente no painel, mas foi substituído por um representante do governo indonésio. Assim, ele se apresentou da plateia com uma intervenção eloquente e emocional que deu uma face mais humana ao que é muitas vezes um debate abstrato e distante. Ele emocionou-se durante seu discurso ao lembrar que seu cliente, que tinha problemas mentais, não tinha entendido que ia ser executado até duas horas antes da execução. Mr. Gunawan condenou aqueles governos que estavam “viciados em pena de morte”, chamando-a de uma resposta inútil e sem sentido. Ao longo da sua intervenção, a maioria dos representantes da sociedade civil manteve-se em pé e em silêncio como uma marca de solidariedade, seguidos por alguns representantes dos Estados-Membros. Muitos na sala foram às lágrimas e os aplausos após Ricky terminar continuaram durante vários minutos.

Mesa redonda 4: Novos desafios, ameaças e realidades³⁹

Desde o início, o tom para esta mesa redonda foi definido quando o co-presidente da Estônia declarou que as drogas não são prejudiciais e perigosas porque são ilegais, mas elas são ilegais

porque são perigosas – uma crítica dissimulada dos mercados regulamentados de cannabis. Opiniões semelhantes permearam a maioria das contribuições, especialmente com relação às NPS - que se tornaram o foco dos quatro membros do painel: China, Colômbia, Eslovênia e Reino Unido. Suas declarações destacaram os desafios que as NPS representam para a saúde pública, existentes estruturas jurídicas e abordagens tradicionais de aplicação da lei. As discussões destacaram a necessidade de mais informação, monitoramento, avaliação, respostas equilibradas, além de prevenção e de tratamento apropriado e de responsabilidades compartilhadas. O Reino Unido identificou a classificação das drogas como uma ferramenta importante, enquanto a China fez questão de salientar que as NPSs são muitas vezes produzidas nos países em desenvolvimento, mas utilizadas em países desenvolvidos. Reconfortantemente, a Eslovênia também defendeu uma abordagem “focada na pessoa”, que inclui a redução de danos, a gestão de riscos e o respeito pelos direitos humanos. Lamentavelmente, as discussões consideraram as NPSs como uma razão para se permanecer vigilantes e comprometidos com as respostas existentes, no lugar de reconhecer, antes de tudo o papel das políticas atuais na geração de mercado NPS.

A mesa redonda falhou ao não se abrir para uma verdadeira discussão. Em vez disso, tornou-se uma série de declarações dos países sobre a ameaça representada pelas NPSs para os jovens (por exemplo, na Itália, El Salvador e Singapura), a importância de um melhor monitoramento (Brasil), a necessidade de indicadores precisos (Itália) e os desafios colocados pela utilização da internet para vender NPS (Myanmar). Em sua declaração em nome do UNODC, Yury Fedotov mencionou o (não tão novo) desafio da “deep web”, enquanto o representante italiano lamentou que o documento final não incluiu qualquer menção ao fenômeno. As declarações da OMS e da Austrália se destacaram por se referirem não só às NPSs, mas também à importância do acesso a medicamentos controlados internacionalmente. Ao fazer, sutilmente, a conexão entre a cetamina como um medicamento essencial e (para alguns) um NPS, o representante australiano destacou o quanto era importante que os esforços para controlar as NPSs não sirvam para restringir ainda mais o acesso aos medicamentos - um aceno para os recentes esforços da China para proibir a cetamina internacionalmente.

Enquanto a maioria dos Estados membros expressaram compromisso com os tratados de controle de drogas, duas afirmações se destacaram dos demais. O Equador salientou a necessidade de um

novo paradigma de saúde pública no lugar da falha abordagem de “guerra às drogas” e advertiu que uma visão monolítica deve ser evitada. A representante da Jamaica assinalou que “velhas” substâncias ainda precisam de atenção, particularmente a cannabis: “Na Jamaica, vemos isso como um momento oportuno para reavaliar os sistemas que estão atualmente em vigor (...) Perguntamos: São adequados à sua finalidade? Será que levam em conta as realidades nacionais? Ela descreveu a descriminalização da posse para uso pessoal e o desenvolvimento de estruturas regulamentadas para uso médico e os problemas relacionados com a Convenção Única. Jamaica pediu uma ‘chamada para exame do quadro jurídico de controle internacional de drogas para determinar se é necessária uma revisão, a fim de responder aos desafios atuais e emergentes para os nossos esforços globais’. Finalmente, em nome da sociedade civil, Rafael Toruella, representando a Intercambios Puerto Rico, destacou os danos causados à saúde e ao desenvolvimento por uma abordagem proibicionista em relação às drogas, afirmando que “temos de alterar o foco de hectares de drogas ilícitas que estão sendo produzidas para focar nas formas de lidar com a pobreza, com a desigualdade social e com a promoção da saúde”. Notavelmente, o resumo oficial da mesa redonda escolheu não mencionar estes pontos importantes.

Mesa redonda 5: Drogas e desenvolvimento⁴⁰

A mesa redonda final foi co-presidida por Peru, Bahamas e Irã. O representante do México definiu o tom para as discussões desde o início, chamando para uma resposta holística ao fenômeno da droga, e lamentando a fixação da comunidade internacional no desenvolvimento alternativo, sem considerar imperativos de desenvolvimento mais amplos. Em seguida, enumerou um conjunto de sugestões do caminho a seguir, incluindo o crescente envolvimento das agências das Nações Unidas (acolhido pela Suécia, mas rejeitado pelos EUA) e a organização de um fórum internacional para compartilhar experiências sobre políticas menos repressivas, incluindo a descriminalização e as alternativas ao encarceramento.

Os dois pioneiros internacionais de desenvolvimento alternativo – a Alemanha e a Tailândia – reiteraram o apelo para uma abordagem mais ampla ligada aos ODSs. A Alemanha defendeu uma abordagem “centrada no ser humano”, com foco no “fortalecimento da agricultura comunitária” para abordar as causas profundas do seu envolvimento

como parte de um plano de desenvolvimento de “longo prazo”. Esta abordagem centrada no homem foi reiterada ao longo das discussões por países como o México, a Tailândia, o Equador, a Índia, o Peru, a Costa Rica e a Suécia, bem como a União Europeia, o UNODC e o INCB - destacando a necessidade de combater a pobreza, de fortalecer a segurança alimentar, a posse da terra, os mecanismos de governo, a infraestrutura e o acesso aos mercados, bem como enfrentar as vulnerabilidades específicas enfrentadas pelas mulheres. Duas das exceções foram a China e a Indonésia: ambos promoveram a erradicação de cultivos como parte integrante do desenvolvimento alternativo – com a Indonésia defendendo a erradicação como uma “prioridade nacional”. Significativamente, vários Estados-Membros reconheceram o fracasso de estratégias repressivas. A Colômbia pediu à comunidade internacional para “compreender as falhas e limitações do passado”⁴¹, a União Europeia destacou o “efeito balão”, e o Equador e a Tailândia levantaram preocupações sobre os danos sobre o meio-ambiente proveniente da erradicação de cultivos (em oposição ao Peru, que limitou suas preocupações aos danos ambientais causados pelas próprias drogas).

Outro tema de destaque foi a lacuna grave no financiamento para o desenvolvimento alternativo – como o pedido da Tailândia pelo “financiamento flexível a longo prazo”, bem como por novas formas de se avaliar o sucesso das políticas. O México também propôs expandir o conceito e o foco para incluir ambientes urbanos (como fez o Equador, sob o rótulo de “desenvolvimento alternativo preventivo”). Isso foi reiterado pela Tailândia, pelo Brasil e pela Argentina, entre outros. Outros, como Burkina Faso e as Bahamas, focaram em questões de países de trânsito, como a ligação entre o desenvolvimento, o tráfico de drogas e o crime organizado.

No entanto, duas questões foram notavelmente ausentes nas intervenções dos Estados-Membros: o uso tradicional de substâncias controladas e a necessidade de descriminalizar agricultores de subsistência. Um dos destaques da sessão foram as intervenções de dois representantes de agricultores de plantas proibidas – uma população afetada cuja voz tinha sido conspicuamente ausente dos debates da UNGASS até aquele momento. As intervenções de Nang Pann Ei Kham (falando em nome do Farmers Forum Myanmar) e de Amapola Duran Salas (líder da federação de cocaleiros do Peru), promoveram um contrapeso à retórica dos Estados membros e destacaram o impacto severo da erradicação forçada sobre os cultivadores de pequena escala e as muitas falhas do desenvolvimento alternativo: “nós os agricultores não somos vítimas, não somos criminosos, não somos terroristas. Nós somos pessoas que querem alimentar nosso mundo (...) Na pobreza do Peru, a injustiça tem crescido muito por causa da erradicação de cultivos e estamos cansados destas políticas que criminalizam e penalizam os setores que cultivam estas plantações ilícitas”⁴².

Participação da sociedade civil: Vozes que não podem ser silenciadas

A UNGASS foi um momento de mobilização sem precedentes da sociedade civil a favor de uma reforma política. Em dezembro de 2014, a Força Tarefa da Sociedade Civil para a UNGASS foi lançada – um esforço de colaboração entre os Comitês sobre Drogas de ONG de Viena e de Nova Iorque para trazer uma ampla voz da sociedade civil nos debates⁴⁵. A existência da Força-Tarefa em si foi o resultado de discussões e de defesas prolongadas, e o grupo constituído por 31 representantes de nove regiões do mundo, bem como



A sociedade civil passa diariamente para participar da UNGASS

Quadro 5 Os eventos paralelos da UNGASS: Ecléticos, mas um pouco caóticos

Conscientes da importância da reunião de Nova York, não foi nenhuma surpresa ver um grande número de eventos paralelos que competiram para ter a atenção dos delegados. Um total de 46 eventos paralelos ocorreram durante quatro dias – coordenados por uma mistura de agências da ONU, órgãos regionais, Estados membros e gru-

pos da sociedade civil, e cobrindo uma mistura eclética de questões⁴³. Destacam-se, entre os temas, os direitos humanos, saúde pública, políticas baseadas em evidências e desenvolvimento alternativo. IDPC foi envolvido em vários dos eventos, trabalhando ao lado de uma grande variedade de parceiros⁴⁴.



Evento paralelo organizado por Nova Zelândia, Brasil, Canadá, Suíça e pelos Global Drug Policy Observatory, Centro Internacional para a Ciência em Política de Drogas, Transformar e IDPC na UNGASS, e moderado pelo Ministro Adjunto da Saúde da Nova Zelândia Hon. Peter Dunne

Infelizmente, poucos eventos escaparam do caos organizacional que envolveu a UNGASS no que diz respeito ao acesso à sociedade civil e passes de segurança (ver abaixo). Intencional ou não, verificou-se também que muitos dos mais

controversos eventos paralelos do ponto de vista das Nações Unidas (como o evento sobre a *cannabis* e as convenções) foram realizadas nas salas de conferência menores, com os delegados forçados a se sentarem no chão e nos corredores.



O elefante na sala - apesar do enorme comparecimento, evento paralelo sobre a regulação da *cannabis* e as convenções de drogas da ONU relegado para a menor sala disponível



das populações afetadas (agricultores, o setor dos cuidados paliativos, usuários de drogas recuperados, famílias, jovens, e as pessoas que usam drogas), e representantes mundiais dos setores de redução de danos, de prevenção e de justiça criminal⁴⁶. A Força-Tarefa realizou uma série de consultas regionais e temáticas. Em especial, uma consulta formal interativa das partes interessadas em Nova York, que foi supervisionada pelo Presidente da Assembleia Geral. A síntese da consulta foi formalmente submetida ao processo de UNGASS⁴⁷, e refletia o tom progressista do debate entre os participantes da sociedade civil – incluindo as chamadas para a descriminalização e o reconhecimento do uso tradicional de certas plantas. No entanto, foi pouco referenciada ou discutida pela CND nos seus preparativos para a UNGASS. A Força-Tarefa também emitiu uma série de relatórios e de propostas subsequentes às suas consultas com a sociedade civil global⁴⁸.

No dia 18 de abril, o Grupo de Trabalho realizou um Fórum da Sociedade Civil com o co-patrocínio das Missões da Suécia e da Colômbia. O Fórum contou com oradores da sociedade civil de todo o mundo e foi aberto pelo Presidente da Assembleia Geral, entre outros. Infelizmente, centenas de delegados da sociedade civil não puderam comparecer porque o Escritório de Segurança da ONU apenas emitiu 130 passes – alguns participantes esperavam na fila cedo na segunda-feira de manhã, durante várias horas, mas

não conseguiram entrar. Estes problemas de acesso só pioraram quando a UNGASS abriu no dia seguinte: o evento parecia atolado em desafios que iam desde a desorganização em torno do acesso de entrada, a censura das camisetas da sociedade civil, a um tratamento desrespeitoso pelo pessoal da ONU. O Departamento da ONU de Assuntos Econômicos e Sociais (UN-DESA) coordenou a certificação da sociedade civil, mas apenas enviou um e-mail de confirmação em massa e em seguida um de rejeição em massa. Numerosos representantes de ONGs, muitos dos quais viajaram de diversos países para participar da UNGASS, não foram informados até o último minuto se estavam credenciados para participar de todos os eventos. A resposta só veio depois de muitas indagações. Algumas ONGs haviam sido avisadas por escrito que não precisariam de passes especiais para eventos, porém os participantes foram impedidos de entrar e tentaram acessar a sessão de abertura. Problemas com os passes da sociedade civil continuaram durante toda a reunião, com alguns delegados tendo o acesso negado aos eventos paralelos que eles ajudaram a coordenar ou tinham participavam na mesa (ver box 4). A razão oficial para o misterioso sistema de passes foi a segurança, pois haveria vários chefes de estado presentes no edifício para a UNGASS e outras reuniões.

No entanto, deve notar-se que estes passes especiais do evento eram apenas peças anônimas de cartão



Tuari Potiki, Nova Zelândia Drogas Foundation, na sessão plenária final da UNGASS

colorido emitidos nas esquinas ao redor do prédio da ONU às 7:00 da manhã (ver imagem) - dificilmente este é o sistema mais seguro disponível para as Nações Unidas, que rotineiramente organiza reuniões maiores do que esta.

A sociedade civil também enfrentou restrições e censura quando se tratava de textos e relatórios, com pedidos antecipadamente negados ou ignorados para divulgar documentos. Alguns textos de organizações foram arbitrariamente confiscados na entrada e alguns delegados foram impedidos de acessar o plenário por causa das mensagens reformistas em suas camisetas (como “maconha é mais segura do que o álcool”, ou mesmo qualquer coisa como uma folha de *cannabis*), aparentemente dependendo do humor dos guardas da segurança. As tentativas do IDPC e pela Força-Tarefa da Sociedade Civil para abordar estas questões durante a UNGASS com vários departamentos da ONU foram infrutíferas: UN-DESA, Segurança da ONU, o Gabinete do Presidente da Assembleia Geral e o secretariado CND todos consistentemente se recusaram a assumir a responsabilidade e colocaram a culpa uns sobre os outros – mesmo depois de intervenções e apoio de uma série de estados-Membros. Todas essas questões deixaram um gosto amargo na boca, e contradizem a retórica de apoio sobre o engajamento da sociedade civil do Presidente da Assembleia Geral.

No entanto, apesar das barreiras, a voz da sociedade civil - incluindo populações afetadas, como pessoas que usam drogas - foi fortemente ouvida na UNGASS, tanto na preparação e na própria reunião. Cerca de 60 organizações da sociedade civil ou redes

apresentaram contribuições para o debate através do site oficial da UNGASS – incluindo IDPC e um bom número de membros do IDPC. Embora estas observações possam ter um impacto limitado sobre o documento final, esperamos que este website seja mantido como um legado da UNGASS para refletir a amplitude e o alcance da experiência da sociedade civil e da contribuição para o debate de forma mais ampla. Na própria reunião, as delegações do governo da Bolívia, Canadá, Costa Rica, Japão, México, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça e Tailândia, entre outras, contaram com representantes da sociedade civil e centenas de participantes da sociedade civil foram registradas para participar.

Muitos mais também participaram de uma série de eventos e atividades ao redor do prédio da ONU e voltados para o público em geral – incluindo um Cimeira de Ciência e Política da Cannabis, nos dias 17 e 18 de abril; uma reunião pública para a reforma da política de drogas em 18 de abril, seguida por um evento para as famílias afetadas e um programa completo de atividades no Museu da Política de Drogas, um centro cultural pop-up em Nova York para a arte, apresentações e outros eventos ao vivo.⁵⁰ Esta mobilização forte e impactante deve muito ao apoio e engajamento das Open Society Foundations, que também operavam a campanha Stop the Harm para ajudar a coordenar e fortalecer o engajamento na UNGASS⁵².

Dentro da UNGASS, cada um dos debates das cinco mesas redondas incluiu membros do painel da sociedade civil pré-selecionados e participantes da sociedade civil também autorizados a intervir a partir da



Famílias pronunciam-se contra a guerra às drogas (demonstração coordenada pela Transform)



Museo de las Políticas de Drogas (coordinado por OSF)

plateia e, em muitos casos, estes foram os destaques das sessões, como descrito acima. No próprio Plenário, a sexta e última sessão permitiu um tempo para uma série de intervenções de grande impacto e que se deslocaram de participantes da sociedade civil pré-selecionados (ainda que no final da tarde): o Kenya Hospices e a Associação de Cuidados Paliativos (FORUT, uma organização norueguesa de prevenção ao uso de drogas), a Fazza e o Pro Coalition Association.

Tuari Potiki, das Fundações de drogas da Nova Zelândia, também fez uma forte declaração no Plenário, questionando a mera lógica das políticas proibicionistas. “Às vezes, quando somos ameaçados, vamos para a guerra, e vamos para a guerra contra as pessoas erradas. Se nós decidimos empreender uma guerra contra o câncer, faríamos isso bombardeando as pessoas que têm câncer? Muitas nações se uniram

para travar uma guerra contra as drogas e acabaram atacando e prejudicando quem realmente está precisando de nossa ajuda e do nosso apoio (...) vocês estão aqui para discutir o problema mundial das drogas, mas muitos de vocês contribuíram diretamente para esse problema ao negar o acesso ao suporte vital, como a redução de danos; o apoio que salvou minha vida. Você está ativamente bloqueando o progresso no sentido de fornecer ajuda para aqueles que mais precisam. Se você não é parte da solução, então você é parte do problema (...) Se há uma guerra a ser travada, e eu acredito que há, deveria ser uma guerra contra a pobreza, a desigualdade e à ao conjunto de fatores políticos e históricos, que deixaram e continuam a deixar tantas pessoas vulneráveis e em risco”.

Charan Sharma, da Índia HIV / AIDS Alliance, também falou em apoio à redução de danos e contra o



Charan Sharma, Alianza contra el VIH/SIDA de la India, en la plenaria final de la UNGASS

tratamento forçado, a criminalização, a pena de morte e a noção de um mundo livre de drogas. Ele pediu aos os Estados membros que “Certifiquem-se de que a política é baseada em evidências e que funcionam: serviços holísticos, acessíveis e centrados nas pessoas, adaptados às necessidades de pessoas que usam drogas. Peço para que vocês parem de prender e encarcerar as pessoas por consumo e posse de drogas para uso pessoal. A pena de morte para crimes relacionados com as drogas deve ser abolida. Exorto-vos a apoiar os usuários de drogas e organizações que trabalham conosco para participar de forma significativa na concepção e prestação de serviços de redução de danos”⁵³.

Ao longo de todas as sessões plenárias, os participantes da sociedade civil foram confinados à galeria do terceiro andar, mas foram regularmente ouvidos.

Conclusões: Diplomacia ou negação?

A UNGASS sobre o problema mundial da droga foi um grande momento para o movimento de reforma da política de drogas. Mas foi também um grande momento para o sistema internacional de controle de drogas de forma mais ampla, que continua a enfrentar um período de agitação e de transição. No final, a fachada do “Consenso de Viena” entre os Estados-Membros resultou em um documento final que ficou muito aquém das expectativas de avaliação aberta e honesta do que está ou não está funcionando. No entanto, ambos os lados do debate pareciam estar longe das negociações com uma mistura de sentimentos e uma sensação de frustração o que demonstra que ambos tiveram que ceder terreno e o resultado é um documento que tem, sem dúvida, um passo à frente dos compromissos anteriores – e eles não menos importantes, em termos de acesso aos medicamentos, com direitos humanos,⁵⁴ prevenção de overdose e a condenação proporcional.⁵⁵ O sentimento de frustração também se presta à crescente complexidade e ferocidade desses debates da ONU⁵⁶, bem como as táticas sufocantes empregadas pelo Conselho da UNGASS para suprimir quaisquer desafios ao *status quo*.

Apesar de pontos de progresso no documento final, é importante que este não seja lembrado como o único resultado da UNGASS – os cinco resumos de mesas redondas, as submissões e engajamento da ONU, a presença da sociedade civil (em face das adversidades) e as demonstrações dos países na plenária também são resultados importantes deste

encontro que lançou as bases para a advocacy contínua e a mudança da política. Particularmente, as declarações dos países demonstraram que o “consenso de Viena” ficou irreversivelmente desfeito – com a impossibilidade de ignorar as posições divergentes dos Estados sobre questões-chave: como a pena de morte, descriminalização, mercados e desenvolvimento regulamentados⁵⁷.

A UNGASS foi mais reformista do que revolucionária – preparando o palco para debates futuros, em vez de ser o ato principal. Embora aqueles que construíram as expectativas para 2016 como o fim da “guerra às drogas” possam ter se decepcionado, o encontro e os debates constituíram um progresso tangível e um marco importante no caminho para a próxima revisão das Nações Unidas em 2019 ou 2020. O trabalho tem de começar agora para combater a resposta pavloviana da arquitetura de drogas da ONU e garantir que a próxima reunião não seja simplesmente uma repetição do que se passou antes⁵⁸ – incluindo a criação de um grupo consultivo de especialistas para tratar de algumas das tensões existentes e para pensar diferentes cenários para o futuro⁵⁹.

Em seu discurso de encerramento, o Presidente da Assembleia Geral agradeceu os participantes por um “processo verdadeiramente histórico” e afirmou que “Com a sua experiência e conhecimento, mostraram para nós o imenso custo humano deste problema e, na verdade, às vezes, das abordagens que tomamos para enfrentá-lo”. Ele também reconheceu que as populações afetadas precisam de “intervenções que provaram que funcionam e, talvez, ainda mais importante: eles precisam de honestidade sobre aquelas que falharam”. Agora, o desafio para o setor de reforma da política de drogas é manter a dinâmica e a atenção que a UNGASS conseguiu alcançar – no âmbito da ONU, nos meios de comunicação e na sociedade civil em geral. Isto requer um esforço afinado para manter o fogo aceso, ao invés de deixá-lo queimar e, a partir das lições aprendidas e dos passos que virão, garantir novas mudanças significativas em 2019 ou em 2020.

Agradecimentos

Este relatório foi elaborado por Jamie Bridge, em colaboração com funcionários e consultores IDPC. Queremos agradecer a Martin Jelsma (Transnational Institute) e Ernesto Cortes (ACEID) por seus valiosos comentários. Tradução por Vera Da Ros (REDUC) com revisões por Mauricio Fiore (Plataforma Brasileira de Política de Drogas), Heloisa Broggiato e Miguel Alejandro Herrero Cangas.

Notas finais

1. http://mision.sre.gob.mx/onu/images/dec_con_drogas_esp.pdf
2. <http://www.unodc.org/ungass2016/index.html>; <http://idpc.net/policy-advocacy/the-un-general-assembly-special-session-on-drugs-ungass-2016>
3. United Nations General Assembly (14 April 2016), *Our joint commitment to effectively addressing and countering the world drug problem*, A/S-30/L.1, <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=A/S-30/L.1>
4. <http://www.unodc.org/ungass2016/en/about.html>
5. Jelsma, M. (12 April 2016), *UNGASS 2016: Watershed event or wasted opportunity? Drug policy changes collide with UN bureaucracy*, Transnational Institute, <http://www.undrugcontrol.info/en/weblog/item/6848-ungass-2016-watershed-event-or-wasted-opportunity>
6. Análise prévia pelo IDPC destacou que 42 Estados-Membros não têm uma presença diplomática permanente em Viena, e são portanto incapazes de participar significativamente nas discussões lá. Veja (em inglês): https://www.unodc.org/missions/bluebook_nsf/section1.jsp
7. International Drug Policy Consortium (16 April 2016), *Press release – Diplomacy or denialism? The language that the UNGASS Outcome Document overlooked*, <http://idpc.net/media/press-releases/2016/04/diplomacy-or-denialism-the-language-that-the-ungass-outcome-document-overlooked>
8. Os resumos das seis sessões plenárias podem ser encontradas (em inglês) em:
 - <http://cndblog.org/2016/04/ungass-opening-segment/>
 - <http://cndblog.org/2016/04/general-assembly-thirtieth-special-session-of-the-general-assembly-on-the-world-drug-problem-2nd-plenary-meeting/>
 - <http://cndblog.org/2016/04/general-assembly-thirtieth-special-session-of-the-general-assembly-on-the-world-drug-problem-3rd-plenary-meeting/>
 - <http://cndblog.org/2016/04/general-assembly-thirtieth-special-session-of-the-general-assembly-on-the-world-drug-problem-4th-plenary-meeting/>
 - <http://cndblog.org/2016/04/ungass-thirtieth-special-session-of-the-general-assembly-on-the-world-drug-problem-5th-plenary-meeting/>
 - <http://cndblog.org/2016/04/ungass-thirtieth-special-session-of-the-general-assembly-on-the-world-drug-problem-6th-plenary-meeting/>
9. Para obter mais informações sobre o ODS, visite (em inglês): <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs>
10. As demonstrações completas podem ser encontradas em (em inglês): <https://papersmart.unmeetings.org/ga/70th-session/thirtieth-special-session-of-the-general-assembly-%281%29/special-session-on-the-world-drug-problem/statements/>
11. Bewley-Taylor, D. & Jelsma, M. (June 2016), *Drug policy briefing – UNGASS 2016: A broken or b-r-o-a-d consensus? UN summit cannot hide growing divergence in the global drug policy landscape* (Transnational Institute & Global Drug Policy Observatory), https://www.tni.org/files/publication-downloads/dpb_45_04072016_web.pdf
12. Drug Policy Alliance (14 April 2016), *A public letter to UN Secretary General Ban Ki-moon*, <http://www.drugpolicy.org/ungass2016?page=1>
13. United Nations Secretary-General Ban Ki-moon (26 June 2013), *Secretary-General's remarks at special event on the International Day against Drug Abuse and illicit Trafficking*, <http://www.un.org/sg/statements/index.asp?id=6935>
14. Drug Policy Alliance (19 April 2016), *United Nations orders security to confiscate copies of open letter to Ban Ki-moon calling for end to global drug war*, <http://www.drugpolicy.org/news/2016/04/united-nations-orders-security-confiscate-copies-open-letter-ban-ki-moon-calling-end-gl>
15. Hallam, C. (March 2016), *IDPC briefing paper – Striving for system-wide coherence: An analysis of the official contributions of United Nations entities for the UNGASS on drugs* (London: International Drug Policy Consortium), <http://idpc.net/publications/2016/03/striving-for-system-wide-coherence-an-analysis-of-the-official-contributions-of-united-nations-entities-for-the-ungass-on-drugs>
16. Veja, por exemplo (em inglês): International Drug Policy Consortium (April 2016), *Diplomacy or denialism: The language that the UNGASS outcome document overlooked*, http://dl.dropbox.com/u/64663568/Press%20releases/UNGASS-shadow-declaration_FINAL.pdf
17. International Drug Policy Consortium (July 2016), *The 2016 Commission on Narcotic Drugs and its special segment on preparations for the UNGASS on the world drug problem*, <http://idpc.net/publications/2016/07/the-2016-commission-on-narcotic-drugs-and-its-special-segment-on-preparations-for-the-ungass-on-the-world-drug-problem>
18. United Nations General Assembly (14 April 2016), *Our joint commitment to effectively addressing and countering the world drug problem*, A/S-30/L.1, <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=A/S-30/L.1>
19. Bewley-Taylor, D. & Jelsma, M. (June 2016), *Drug policy briefing – UNGASS 2016: A broken or b-r-o-a-d consensus? UN summit cannot hide growing divergence in the global drug policy landscape* (Transnational Institute & Global Drug Policy Observatory), https://www.tni.org/files/publication-downloads/dpb_45_04072016_web.pdf
20. Por língua acordada na redução de danos na Assembleia Geral da ONU, veja (em inglês): http://bookofauthorities.info/?s=&doctax%5Bcategory%5D%5B%5D=14&category_operator=OR&doctax%5Borg%5D%5B%5D=25&fromdate=&todate=&post_type=doc
21. Transnational Institute (December 2015), *UNGASS 2016: Background memo on the proposal to establish an expert advisory group*, <https://www.tni.org/en/publication/ungass-2016-background-memo-on-the-proposal-to-establish-an-expert-advisory-group>
22. Bewley-Taylor, D. & Jelsma, M. (June 2016), *Drug policy briefing – UNGASS 2016: A broken or b-r-o-a-d consensus? UN summit cannot hide growing divergence in the global drug policy landscape* (Transnational Institute & Global Drug Policy Observatory), https://www.tni.org/files/publication-downloads/dpb_45_04072016_web.pdf
23. Bridge, J. (31 March 2016), *The Commission on Narcotic Drugs on the final road to UNGASS 2016: Progress made, but a long way still to go*, IDPC Blog, <http://idpc.net/blog/2016/03/the-commission-on-narcotic-drugs-on-the-final-road-to-ungass-2016-progress-made-but-a-long-way-still-to-go>
24. International Drug Policy Consortium (July 2016), *The 2016 Commission on Narcotic Drugs and its special segment on preparations for the UNGASS on the world drug problem*, <http://idpc.net/publications/2016/07/the-2016-commission-on-narcotic-drugs-and-its-special-segment-on-preparations-for-the-ungass-on-the-world-drug-problem>
25. Para alguns exemplos, destacando a falta de consenso, assista (em inglês): <https://www.youtube.com/watch?v=o73if6K0THA>
26. <http://idpc.net/blog/2014/03/cnd-2014-disappointing-outcomes-but-the-debate-is-heating-up>
27. Além dos 28 membros da União Europeia, a declaração foi assinada pela Albânia, Andorra, Argentina, Austrália, Bósnia e Herzegovina, Cabo Verde, Canadá, Chile, Colômbia, El Salvador, Geórgia, Islândia, Liechtenstein, Macedónia, México, Moldávia, Mónaco, Montenegro, Namíbia, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, San Marino, Sérvia, Turquia, Ucrânia, Uruguai e Uzbequistão
28. A lista oficial das demonstrações país pode ser acessado em (em inglês): <https://papersmart.unmeetings.org/ga/70th-session/thirtieth-special-session-of-the-general-assembly-%281%29/special-session-on-the-world-drug-problem/statements/>
29. http://www.unodc.org/ungass2016/en/contribution_UN_Entities.html
30. Hallam, C. (March 2016), *IDPC briefing paper – Striving for system-wide coherence: An analysis of the official contributions of United Nations entities for the UNGASS on drugs* (London: International Drug Policy Consortium), <http://idpc.net/publications/2016/03/striving-for-system-wide-coherence-an-analysis-of-the-official-contributions-of-united-nations-entities-for-the-ungass-on-drugs>

- tions-of-united-nations-entities-for-the-ungass-on-drugs
31. O discurso completo está disponível aqui (em inglês): <http://www.druglawreform.info/en/un-drug-control/ungass/item/7080-remarks-mr-zeid-raad-al-hussein-united-nations-high-commissioner-for-human-rights>
 32. Albânia, Argélia, Bangladesh, Brunei, Camarões, China, El Salvador, Quênia, Kuwait, Líbia, Mônaco, Marrocos, Myanmar, Paquistão, Paraguai, Qatar, África do Sul, Tadjiquistão, Togo e Zâmbia
 33. A mesa redonda podem ser assistidos na TV Web da ONU aqui (em inglês): <http://webtv.un.org/search/round-table-1-30th-special-session-on-world-drug-problem-general-assembly/4854035598001?term=world%20drug%20problem&languages=&sort=date>. O resumo formal (em inglês) pode ser encontrada em: http://www.unodc.org/documents/ungass2016//Summaries_RT/Round_Table_1_-_PLENARY_Final_Salient_Points_by_the_Co-Chairs_rev.pdf. O resumo Blog CND (em inglês) está disponível em: <http://cnblog.org/2016/04/demand-reduction-and-related-measures-round-table-1/>
 34. Para mais informações a este respeito, ver (em inglês): <http://www.ihra.net/10by20>
 35. A mesa redonda podem ser assistidos na TV Web da ONU aqui (em inglês): <http://webtv.un.org/search/round-table-2-30th-special-session-on-world-drug-problem-general-assembly/4854656181001?term=world%20drug%20problem&languages=&sort=date>. O resumo formal (em inglês) pode ser encontrada em: http://www.unodc.org/documents/ungass2016//Summaries_RT/Salient_points_RT_2_FINAL.pdf. O resumo Blog CND (em inglês) está disponível em: <http://cnblog.org/2016/04/ungass-roundtable-2-supply-reduction-and-related-measures/>
 36. A mesa redonda podem ser assistidos na TV Web da ONU aqui (em inglês): <http://webtv.un.org/search/round-table-3-30th-special-session-on-world-drug-problem-general-assembly/4855628109001?term=world%20drug%20problem&languages=&sort=date>. O resumo formal (em inglês) pode ser encontrada em: http://www.unodc.org/documents/ungass2016//Summaries_RT/RT3_Salient_points_final_clean_rev_clean.pdf. O resumo Blog CND (em inglês) está disponível em: <http://cnblog.org/2016/04/round-table-3-cross-cutting-issues-drugs-and-human-rights-youth-women-children-and-communities/>
 37. <http://www.druglawreform.info/en/un-drug-control/ungass/item/7080-remarks-mr-zeid-raad-al-hussein-united-nations-high-commissioner-for-human-rights>
 38. Para assistir a intervenção, consulte (em inglês): <https://www.youtube.com/watch?v=XuJlykrpV4&index=7&list=PLFzdYyDcTu9D-GiF40Fs3XleJeJgkkee86>
 39. A mesa redonda podem ser assistidos na TV Web da ONU aqui (em inglês): <http://webtv.un.org/search/round-table-4-30th-special-session-on-world-drug-problem-general-assembly/4856308653001?term=world%20drug%20problem>. O resumo formal (em inglês) pode ser encontrada em: http://www.unodc.org/documents/ungass2016//Summaries_RT/Salient_Points_RT4_rev_clean.pdf. O resumo Blog CND (em inglês) está disponível em: <http://cnblog.org/2016/04/roundtable-4-new-challenges-threats-and-realities-ungass/>
 40. A mesa redonda podem ser assistidos na TV Web da ONU aqui (em inglês): <http://webtv.un.org/search/round-table-5-30th-special-session-on-world-drug-problem-general-assembly/4857411073001?term=world%20drug%20problem>. O resumo formal (em inglês) pode ser encontrada em: http://www.unodc.org/documents/ungass2016//Summaries_RT/Salient_points_RT5_new_final.pdf. O resumo Blog CND (em inglês) está disponível em: <http://cnblog.org/2016/04/roundtable-5-alternative-development/>
 41. Ele foi um pouco infeliz que o governo colombiano anunciou em 18 de abril que iria re-iniciar manual de fumigação on-the-ground com produtos químicos nocivos. Veja (em inglês): Arenas, P. (4 May 2016), *Colombia's contradictory return to coca fumigation*, WOLA, (http://www.wola.org/commentary/colombia_s_contradictory_return_to_coca_fumigation)
 42. Para assistir a intervenção, consulte (em inglês): <https://www.youtube.com/watch?v=k4tj4RNUVcs&list=PLFzdYyDcTu9DGiF-40Fs3XleJeJgkkee86&index=9>
 43. United Nations Office on Drugs and Crime (December 2015), *Civil society engages in UNGASS 2016 preparatory process*, <http://www.unodc.org/unodc/en/ngos/DCN13-civil-society-engages-in-ungass-2016-preparatory-process.html>
 44. A lista completa de eventos paralelos no UNGASS está disponível aqui (em inglês): https://www.unodc.org/ungass2016/en/side_events1.html
 45. <http://idpc.net/events/2016/04/un-general-assembly-special-session-on-drugs-ungass-2016>
 46. Para obter uma lista dos membros da Task Force da Sociedade Civil, visita: <http://www.cstfondrugs.org/about-us/membership/>
 47. President of the General Assembly (February 2016), *Summary of the President of the General Assembly on the Informal Interactive Stakeholder Consultation in Support of the Preparatory Process for the United Nations General Assembly Special Session on the World Drug Problem (UNGASS)*, http://www.un.org/pga/70/wp-content/uploads/sites/10/2015/08/9-Mar_UNGASS-Summary-of-Informal-Interactive-Stakeholder-consultations-9-March-2016.pdf
 48. Para mais informações sobre a consulta da Task Force da Sociedade Civil, visita (em inglês): <http://www.cstfondrugs.org/documentation/>
 49. Todas as contribuições de ONGs para a UNGASS estão disponíveis aqui (em inglês): https://www.unodc.org/ungass2016/en/contribution_ngos.html
 50. Para mais informações visite (em inglês): <http://cannabis-summit.org/>
 51. Para um programa completo de eventos no Museu de Política de Drogas, visita (em inglês): <http://www.museumofdrugpolicy.org/>
 52. Para mais informações sobre Stop The Harm, visita (em inglês): <https://stoptheharm.org/>
 53. A declaração completa está disponível aqui (em inglês): <http://anpubd.org/charan-sharmas-presentation-ungass-drugs/>
 54. Lines, R. & Barrett, D. (9 May 2016), *The human rights 'win' at the UNGASS on drugs that no one is talking about, and how we can use it*, Human Rights Centre Blog, University of Essex, <https://hrcesssex.wordpress.com/2016/05/09/the-human-rights-win-at-the-ungass-on-drugs-that-no-one-is-talking-about-and-how-we-can-use-it/>
 55. Bridge, J. (31 March 2016), *The Commission on Narcotic Drugs on the final road to UNGASS 2016: Progress made, but a long way still to go*, IDPC Blog, <http://idpc.net/blog/2016/03/the-commission-on-narcotic-drugs-on-the-final-road-to-ungass-2016-progress-made-but-a-long-way-still-to-go>
 56. Klein, A. (2016), *UNGASS 2016 – The consensus holds, but only under protest*, Drug Wise, <http://www.drugwise.org.uk/ungass-2016-the-consensus-holds-but-only-under-protest/>
 57. Fordham, A. (3 May 2016), *The drugs consensus is not pretty – It's been ripped apart at the seams*, Huff Post Blog, http://www.huffingtonpost.co.uk/ann-fordham/drug-policy_b_9819900.html
 58. Bewley-Taylor, D. & Jelsma, M. (June 2016), *Drug policy briefing – UNGASS 2016: A broken or b-r-o-a-d consensus? UN summit cannot hide growing divergence in the global drug policy landscape* (Transnational Institute & Global Drug Policy Observatory), https://www.tni.org/files/publication-downloads/dpb_45_04072016_web.pdf
 59. Transnational Institute (December 2015), *UNGASS 2016: Background memo on the proposal to establish an expert advisory group*, <https://www.tni.org/en/publication/ungass-2016-background-memo-on-the-proposal-to-establish-an-expert-advisory-group>

O Consórcio Internacional sobre Políticas de Drogas (IDPC) é uma rede mundial de ONGs especializada em questões relacionadas ao uso e à produção de drogas fiscalizadas. O Consórcio trabalha para fomentar um debate objetivo e aberto sobre a eficácia, o direcionamento e o conteúdo das políticas de drogas nos âmbitos nacional e internacional, apoiando políticas fundamentadas em evidências científicas e que reduzem de maneira eficaz os danos relacionados às drogas. A rede elabora informes periódicos, difunde os relatórios específicos relacionados às drogas das suas organizações-membro e oferece serviços de assessoria a encarregados de políticas e funcionários de todo o mundo.

Neste relatório, o IDPC fornece uma análise da UNGASS, cobrindo a adoção do documento final, a sessão plenária, as mesas-redondas e os eventos paralelos, bem como questões de participação da sociedade civil dentro e fora do edifício das Nações Unidas.

© International Drug Policy Consortium Publication 2016

Design do relatório pelo Mathew Birch: mathew@mathewbirch.com

Design da capa pelo Rudy Tun-Sánchez: rudo.tun@gmail.com

Financiado em parte por:



**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**